

## VÁRIAS EDUCAÇÃOES, MÚLTIPLAS REPRESENTAÇÕES

CASIMIRO JORGE SIMÕES RODRIGUES\*

A minha intervenção tem como ponto de partida o meu trabalho e estudo sobre Moçambique na segunda metade do século XIX.<sup>1</sup>

Pela primeira vez, na África Oriental, os portugueses tentaram impor uma mundividência ocidental, comportando conceitos económicos, sociais, morais, religiosos, de trabalho e produção, assim como de relacionamento inter e intra populações. Também os conceitos de propriedade, de natureza, de família e grupo. Portugal exige, quer, alterar completamente a relação do Homem com o Meio. É a este esforço colonial oitocentista, esta apropriação forçada, que os africanos desconheciam, e a que vão resistir de múltiplas formas. O colonizador pretende criar necessidades desconhecidas dos africanos, porque precisa deste mercado e necessita de formatá-lo à sua imagem. Embora o próprio colonizador tenha muitas dificuldades em corresponder no seu território de origem, às necessidades económicas, culturais, sociais e tecnológicas da época.

A representação, o conceito, a imagem que os portugueses fazem de si próprios, dos africanos, dos europeus, esta construção complexa, de reflexos e contornos elaborados, desencadeia a forma de agir, no espaço e território africano que, por si só, já é uma representação. África, Moçambique, na representação portuguesa do século XIX, é um espaço de riqueza, uma terra de abundância, a afirmação do domínio possível mas, também, um espaço de fantasia e de

---

\* CHAM (Centro de História de Além-Mar), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores.

<sup>1</sup> Rodrigues, 2007.

imaginação. No espaço assim criado, os africanos são todos iguais, incivilizados, mandriões, com o vício dos batuques. Da música. Da dança. Do sexo. Imorais.

Os portugueses (no Reino) representam-se como um Império e “in loco”, na colónia, uma nação em agonia, em conflito com a dimensão da representação que construiu de si própria. Os africanos de Moçambique representam-se mais entre si do que em relação aos portugueses; estes, só praticamente no século XIX, quando começam a intervir mais efectivamente no seu quotidiano, merecem alguma representação.

A representação implica sempre o reconhecimento, embora muitas vezes, seja forjada. É neste plano que a educação se articula com esta construção representativa. As educações formalizam, definem, replicam as representações e decorrem delas. A educação colonial em Moçambique será uma réplica, muitas vezes truncada e falhada, de todo o sistema educativo em vigor no Reino, que é transposto integralmente para o espaço colonial sem qualquer adaptação, seja no calendário escolar, nos horários ou nos manuais e matérias leccionadas.

Infelizmente ainda não desmontámos, nem decomposemos estas representações tanto dos africanos como as nossas. Hoje em dia, em todos os níveis de ensino e com maior gravidade no secundário e superior, perpetuamos e replicamos as representações dos séculos passados sem críticas, sem análise. Quando não estudamos, não ouvimos, não lemos as fontes, os historiadores, as vozes múltiplas dos outros, dos africanos, dos moçambicanos. Excluímos a dimensão “autobiográfica” como povo. Também da própria História.

Na educação contemporânea, a nossa, continuamos a confundir passividade com bom rendimento. Agrupamos na “miséria da historiografia” todos os defeitos que projectamos nos outros, como mecanismos de defesa perante a representação de nós próprios – sem corrupção; não homogeneizados; escolhidos por deuses e valores que imaginamos; educando os mais novos, não para novas soluções, mas para receitas já requentadas e de mau resultado. Convivemos e ensinamos as mesmas representações elaboradas no século XIX.

Moçambique é, em si próprio, um complexo de mundividências. Os africanos exibem agora, como no século XIX, culturas e formas de vida de que não abdicam. A educação africana, embora completamente menosprezada pelo colonizador, era constituída por um complexo conjunto de regras, normas, condutas e ritmos em que os batuques marcam as diversas etapas da vida cafre, desde a circuncisão até outros momentos decisivos da comunidade. Desempenham, em África, outras tantas formas de integração natural da criança na sua comunidade.<sup>2</sup> Acompanham

---

<sup>2</sup> “African children perhaps differ from their European counterparts in that they have completely untrammelled access to the stimulating world of music and dance. The movements of the African dance, in their infinite variety, offer the best possible physical exercise for growing bodies. No teacher or dancing-master is needed: the children join in naturally, following the steps of adults or other children. Dancing and music are also a means of transmitting the culture of a people and of performing together as a group.” Fafunwa, 1982, p. 13.

os diversos momentos significantes da vida social. Para os africanos, a sua instrução contempla o conhecimento da Natureza e nela confiam e dependem para o alívio de maleitas físicas e mentais. Conhecer a Natureza implica respeitá-la e identificar os seus perigos. O contacto estreito com a natureza africana mostra a fraca intensidade que a influência europeia detinha. A presença de felinos e outros animais de grande porte perto de locais ditos urbanos mostra a estreita relação entre os diferentes espaços. Vivendo em contacto directo com a natureza, as crianças africanas dependem em boa parte do conhecimento dos seus perigos e potencialidades.

Também a Natureza é objecto de exploração pelo colonizador. A escassez de certas espécies é, uma vez mais, atribuída à exploração irracional feita pelos africanos. A criação de necessidades de consumo nos africanos que as potências coloniais tentaram e conseguiram em grande parte introduzir, tantas vezes apontada como urgência do capitalismo europeu, parece ser ignorada dos discursos conservacionistas dos ocidentais.

Os costumes africanos são observados com atenção estratégica. Não os move, na maioria dos casos, a pura curiosidade científica ou uma atitude filantrópica, antes o objectivo claro de conhecer rudimentos das culturas, de modo a tornar mais eficaz o domínio e exploração de mão-de-obra. Este desiderato compele-os a reunir informações sobre os laços e obrigações interfamiliares entre os africanos e a poligamia, sobre a propriedade e formas de domínio, sobre os tipos de equilíbrio estabelecidos, os rituais de restabelecimento do poder e da comunidade, as cerimónias que acompanham os indivíduos do nascimento à morte celebradas com música e batuques. Só conhecendo o *modus vivendi* dos povos africanos é que o poder colonial português o poderá alterar, substituindo-o, transformando-o ou eliminando-o.

Sublinha-se a resistência da sociedade tribal a acabar com o tipo de relação polígama, admitindo que, mesmo convertido, o africano engane o seu missionário, apresentando-se como monógamo mas levando vida contrária.<sup>3</sup>

Os europeus, em 1891, explicam que o “(...) preto raras vezes trabalha sem cantar, e é cantando e dansando que solemnisa não só as suas festas como as suas desgraças.”<sup>4</sup> A *dança* e o *batuque* são sempre alvo de considerações, uma vez que chocam frontalmente com a moral ocidental, o “puritanismo” europeu, manifestando o corpo que este é obrigado a ocultar. Na formação do jovem africano, o corpo ocupa um lugar natural e é um instrumento que comunica entre os vivos e com os mortos.

A *memória histórica*, transmitida através da *oralidade* e reforçada pelo culto dos antepassados, é um importante factor de construção da identidade cultural africana. Os relatos traduzem uma visão de si e dos outros. Mecanismo de

---

<sup>3</sup> Junod, 1917, p. 261.

<sup>4</sup> Baptista, 1892, p. 25.

conservação da identidade e sobrevivência das culturas, a oralidade representa, em África como noutras regiões não alfabetizadas, um factor de coesão.<sup>5</sup>

O papel da *oralidade* é fundamental na transmissão e conservação de ideias, costumes e práticas.<sup>6</sup> Está bem presente no que podemos considerar a «socialização primária» das crianças. Diversos autores sublinham, o facto de não existir «literatura escrita» não significa que não exista «literatura», nem pode fazer esquecer o papel dessa «literatura oral» no quadro da educação familiar das crianças.<sup>7</sup> Diversos provérbios changanas referem-se à importância da educação da criança de tenra idade.<sup>8</sup>

Os africanos conservaram por via oral testemunhos da reflexão filosófica que foram experimentando ao longo do tempo, partindo das suas próprias experiências, das suas necessidades, da auto-preservação e das grandes interrogações que são mais ou menos comuns a todos os homens.<sup>9</sup> Neste domínio, a memória dos «mais

---

<sup>5</sup> As contradições arrastar-se-iam até aos nossos dias. “O Estado de Moçambique independente tinha ido buscar alguns dos seus antecedentes nos impérios de Mutapa, Marave e de Gaza, bem como alguns outros estados e na resistência contra o colonialismo. Isso criou problemas para a historiografia académica que se mostrou dividida e não avançou muito no estudo dos estados precoloniais. (Muitos estavam também pouco interessados nesta temática). Para alguns, os principais protagonistas de uma tradição de exploração e não serviriam como heróis para um Moçambique baseado no ideal de igualdade. Viram também que com a inclusão destes estados na linha ancestral do estado moçambicano aqueles que colaboravam com os portugueses passariam a ser traidores. Pensou-se que tanto os resistentes como os colaboradores ficaram no seu modo de vida à mesma distância do Moçambique moderno ou tentaram resolver os mesmos problemas por vias diferentes. Uma outra problemática era a representatividade regional porque estudar Gaza sem destacar igualmente Makombe, Kghupula, Mataka e outros na Zambézia, Cabo Delgado e Tete seria desprezar as tradições de muitas regiões de Moçambique.” Liesegang, 1986a, p. 78.

<sup>6</sup> “O que caracteriza e predomina numa tradição oral é o medo de esquecer. (...) O espírito está de tal maneira preocupado em preservar, que é incapaz de uma atitude crítica. Ao contrário, na tradição escrita, graças ao recurso do suporte material, pode-se libertar a memória, à qual finalmente pode permitir-se esquecer, excluir provisoriamente, por em causa, interrogar, estando certa de poder encontrar, caso necessite, as suas aquisições anteriores.” Ngoenha, 1993.

<sup>7</sup> É a ideia do Padre Armando Ribeiro. Ribeiro, 1989, p. V. E quando esclarece ainda: “(...) que a prática de contar contos não é apenas um agradável passatempo mas também uma instituição clânica, digamos mesmo, uma escola familiar, pois é aí que a criança aprende as regras de educação e respeito, recebe a primeira noção do dever, começa a conhecer e a integrar-se na sociedade no meio da qual tem de viver, respeitando suas leis, evitando seus tabus, sujeitando-se às suas exigências. E por isso, cada velha que, à noite, se rodeia de miúdos para lhes contar as coisas de antanho, pode ser considerada a educadora nata da tribo, a defensora dos costumes ancestrais, a heroína que mantém acesa a chama do passado.” *Id., ibid.*, p. VI.

<sup>8</sup> Vários exemplos de carácter pedagógico se colhem, a título exemplificativo, em Ribeiro, 1989, pp. 34; 58; 85; p.114; 125 e de socialização 67; 68; 83.

<sup>9</sup> “(...) The fragments of philosophical reflections, ideas and world-views transmitted to us through the formulas of wise-sayings, through proverbs, stories, sócio-political organizations, mythology, through religious doctrines and practices did not originate from a vacuum. They are evidences of deep philosophical reflections by *some gifted individual thinkers* who were the *African*

velhos» ocupou o lugar dos livros,<sup>10</sup> o que confere ao respeito pelos anciãos e à sua função de autênticos repositórios da memória um significado de preservação da autêntica base identitária.

Com o colonialismo, o interesse em estabelecer divisões rígidas em etnias serviria os objectivos estratégicos de dominação – classificando, dividindo para reinar, mecanismo de todo o poder.<sup>11</sup> No século XIX, a ciência acabaria por contribuir para «etnicizar» África. Os «especialistas» correspondiam, com os seus estudos, àquelas que eram as necessidades dos governos coloniais.<sup>12</sup> Ao imobilizar os africanos em grupos que podiam ser «inequivocamente» identificados e caracterizados, criava-se um mundo mais fácil de comparar, classificar, minorizar e, finalmente, de transformar/resgatar.<sup>13</sup>

Nos relacionamentos entre povos, os processos nunca se traduzem em vitórias ou derrotas totais. O domínio nunca é absoluto. Desde logo, porque os vencedores têm de aproveitar as potencialidades dos povos que dominam. Enquanto se lhes impõem, também se lhes adaptam. Já da parte dos vencidos,

---

*philosophers of the past, the African counterparts of Socrates, Plato, Aristotle, Descartes, Kant, Hegel, etc. (...)*”. Omoregbe, 1998, p. 5.

<sup>10</sup> Omoregbe, 1998, p. 7. O autor chama a atenção para a necessidade de trabalhos de campo, de entrevistas junto dos mais velhos das comunidades.

<sup>11</sup> Amselle, 1998a, pp. 77-78. “As guerras tribais não opõem, assim, a tradição e a modernidade. Traduzem pelo contrário a existência de um conflito eminentemente contemporâneo entre a forma colonial do estado e a distribuição colonial das etnias.” *Id., ibid.*, p. 79. Sobre as questões de «etnia» veja-se uma referência a outros casos em Guichaoua, 1998, pp. 99-104. Ainda sobre a distinção «tribo» e «etnia» e a emergência histórica destes conceitos na sua relação com o colonialismo veja-se a breve síntese de Amselle, 1998b, pp. 141-142.

<sup>12</sup> “Antes dos etnólogos, já os administradores coloniais tinham aplicado estes princípios de ordem, catalogado as populações e, sobretudo, identificado territórios e nomes sobre os quais não houvesse equívocos. Era-lhes pois necessário debruçarem-se sobre as línguas, os hábitos, os costumes «indígenas» e improvisarem comportamentos de linguista ou de etnógrafo, tendo em vista a administração e a política colonial.” Dozon, 1998, p. 262.

<sup>13</sup> “(...) De facto, facilmente cremos que a África é um mosaico étnico e, ao dizer isto, julgamos estar a tocar a sua essência, a sua autenticidade, ou que tal imagem remete para a sua realidade pré-colonial. Essa crença é totalmente inexacta. Pelo contrário, foi a colonização que imobilizou e cristalizou as sociedades africanas sob a etiqueta étnica, que as identificou e sobre elas elaborou mapas, em função das suas exigências administrativas e económicas. Apercebemo-nos hoje que numerosas entidades étnicas não tinham equivalentes reais no universo pré-colonial, ou melhor que as sociedades que eram supostas corresponder-lhes não se identificavam com os nomes e os territórios que lhes eram então dados; apercebemo-nos ainda que outros modos de identificação colectiva e de integração social estavam em obra, seguindo as circunstâncias históricas, de ordem política (edificação ou expansão de um Estado), económica (especialização económica regional, redes comerciais) ou meramente social (deslocamento de populações, migrações originadoras de mudanças de identidade). De resto, é frequentemente a propósito destes grupos caracterizados somente pelos seus sistemas familiares (em oposição aos que possuem igualmente um sistema político) que a noção de etnia é particularmente problemática. (...)” *Id., ibid.*, p. 263.

importa considerar a adaptação aos méritos do seu oponente tendo em vista a sobrevivência ou a obtenção de possíveis vantagens.

O tema da «preguiça» dos negros é um estereótipo deste período que se prolongará nos séculos seguintes.<sup>14</sup> Se a ideia de que o negro é refractário ao trabalho é corrente e maioritária entre os portugueses ela não colhe, apesar de tudo, unanimidade de opinião. No ano de 1880, A. F. Nogueira critica os que demonstram constantemente “(...) os preconceitos que nos fazem olhar o Negro como elle não é, que o indígena das nossas possessões d’Africa prefere estar preso a trabalhar. É a mania constante de caracterisar toda a raça por qualquer facto particular. Há Negros que com effeito preferem estar presos a trabalhar; mas quem são? São os que vivem sujeitos ao trabalho como nós lh’o impomos, sob um regímen cruel, e sem uma remuneração sufficiente. O Branco collocado em idénticas circumstancias faria o mesmo.”<sup>15</sup>

Os contactos com os africanos foram sempre complexos, assim como a sua representação, embora haja autores que consideram que, nos primórdios, a categoria social e económica dos portugueses lhes tinha criado uma especial empatia em relação aos outros povos. Transferir para as classes populares portuguesas a qualidade da relação com os africanos e a responsabilidade de todos os equívocos e intolerâncias é, de algum modo, “falhar o alvo”. Especialmente para o séc. XIX. Orlando Ribeiro regista: “(...) Infelizmente, esta capacidade de estabelecer relações humanas num plano de tolerância, de compreensão e de autêntica simpatia, se por um lado a encontramos nos olhos deslumbrados dos nossos primeiros descobridores, falta muita vez ao colono, ao comerciante, ao funcionário de escalão inferior.”<sup>16</sup>

Na opinião inglesa – e apesar de alguma contradição no argumento – o que nem a nação portuguesa conseguia alcançavam-no, à sua maneira, os degredados –, esclarecia-se que Moçambique seria uma colónia meramente penal, cujo resultado “(...) of this sort of “occupation” of Eastern Africa has been the breeding on the coast line of a hybrid and worthless race, who have no place in the esteem

---

<sup>14</sup> “Na história colonial de Moçambique, encontramos centenas, milhares de documentos que outorgam aos Negros uma «preguiça» primordial. Esse estereótipo nada tinha a ver, em princípio, com a malevolência dos Brancos mas com as relações sociais: o negro «preguiçoso» é um produto directo da assimetria social colonial. (...)” Serra, 1997, p. 111. Sobre as raízes do racismo baseado na tipologia física no pensamento científico do Iluminismo e as contribuições do naturalista sueco Carl Linnaeus ou de Johann Friedrich Blumenbach, “pai da antropologia física”, o filósofo alemão Christoph Meiners e Voltaire, ver Fredrickson, 2004, pp. 53 e ss.

<sup>15</sup> Nogueira, 1880, pp. 205-206. “Não tem de certo habitos assiduos de trabalho, mas se este lhe for offerecido nas condições em que elle por emquanto o pode acceitar, sob a forma de pequenas empreitadas, sem violencia nem oppressão, e sufficientemente remunerado, há de affeição-se-lhe, e há de ser por fim o jornaleiro, o operário, o industrial.” *Id., ibid.*, p. 207.

<sup>16</sup> Ribeiro, 1961, p. 7.

or either the higher civilised Portuguese or the natives, but are despised alike by both.”<sup>17</sup>

No quadro geral das representações, mais especificamente a representação inglesa dos portugueses, a imagem que construíram do povo português é, em si, exótica. Ideológica. Ainda hoje.

### **Ideologia, Educação, História e Representação**

Após Fukuyama e a sua mediatizada obra *O Fim da História e o Último Homem* circulando por diversos locais de um mundo em progressiva globalização, a tese do fim das ideologias, acompanhando um pretense fim da História, foi ganhando terreno. O texto que, porventura de forma muito conveniente, anunciava com enorme eficácia, em alguns departamentos universitários, talvez de forma um pouco apressada, foi adoptado como obra de referência.

A complexa realidade do mundo contemporâneo teimava, no entanto, em resistir mesmo a esta cosmovisão em que a História e a ideologia já não tinham funções, não eram, portanto, necessárias. Muitos queriam ver, com o mundo que despontava, assistindo à queda do muro de Berlim e a uma globalização triunfante, um panorama claro da queda das ideologias, eventualmente substituídas pelos consensos de uma nova ideologia única que se caracterizava por assumir-se como uma “não-ideologia”. Ficava, deste modo, aberto o caminho para o mundo global, com seus imparáveis avanços, aliviado de qualquer debate bloqueador. Suprimiam-se as discussões inúteis e problemáticas que perdiam o seu sentido perante os novos tempos.

Contudo, segundo a reflexão de Agamben sobre o significado de “contemporâneo”, os dias de hoje acentuariam a necessidade de não abrandar a produção teórica, evidenciando-a mais. Uma tentativa de iluminar as trevas do momento presente, como a que, assinala, deveria estar no espírito de Michel Foucault “(...) quand il écrivait que ses enquêtes historiques sur le passé n’étaient que l’ombre portée de son interrogation théorique du présent.”<sup>18</sup>

Num esforço tão querido a Paul Veyne *retrodição*, é difícil separar as mentalidades, sempre, situadas no seu tempo, do entendimento dos utensílios teóricos que, em cada momento, foram usados. Se, como afirma o mesmo autor, “as coisas são o que são” e já alguém havia afirmado que “não se pergunta a um leão porque age como um leão” é difícil entender, cabalmente, uma época, seu funcionamento económico, social e mental., sem estudar as ideias elaboradas,

---

<sup>17</sup> Mathers, 1891, p. 394, p. 410 e ss. Nas páginas seguintes sublinha-se depreciativamente o facto de a maior parte dos oficiais portugueses fora de Portugal serem negros e atribui-se ao Ngungunyane a afirmação de que “(...) the Portuguese (...) are only black men like himself (...)”. Mathers, 1891, p. 394, p. 412.

<sup>18</sup> Agamben, 2008, p. 40.

num dado período, que permitem uma certa resistência, ainda que individualizada, a esta ou àquelas.

A educação e as representações que transmite, impõe, replica, estão intrinsecamente ligadas à ideologia. Entendendo-se “Ideologia” como um sistema de ideias e juízos, dotado, geralmente, de uma certa organização, que pretende descrever, explicar, interpretar ou legitimar a situação de um grupo ou de uma comunidade e, adoptando determinados valores e fornecer fundamentos para a sua actividade, para a sua acção. Apesar de o vocábulo “Ideologia” tender para um desfecho que o associa, normalmente, a um conjunto de ideias que redundam ou resvalam, para conjuntos dogmáticos, a Ideologia tem sido apresentada como a origem de todos os males que afectam as economias, as sociedades, as culturas e as mentalidades. Também a educação.

As ideologias fáceis, que encontram os seus grandes inimigos em todos os que buscam o rigor, não alinhando facilmente em receitas embaladas em pseudo-cientificismos que, como cortinas de fumo derivadas do facilitismo e de putativas modernices, prometem a todos uma libertação rápida de problematizações,

De 1850 a 1930, a prática psiquiátrica procuraria “(...) um discurso verdadeiro” ou como tal estabelecido, deduzir a necessidade de uma instituição e de um poder”.<sup>19</sup> De tudo isso teria emergido um “poder de disciplina”. Tal poder disciplinar e seu funcionamento tendia para a compreensão do poder da “psiquiatria”.<sup>20</sup> A disciplina visa, ao nível da actividade produtiva, uma eficiência máxima.

Na dissertação de doutoramento que realizei sobre a educação colonial e a *ideologia* que a acompanhou, ou baseou, analisei os processos de formação impostos aos africanos, desde o inculcamento de novas necessidades, criação de novas proibições e correspondente criminalização, nas novas formas de propriedade e sua adequação à cobrança de impostos, na colonização de hábitos, costumes, línguas, mundividência, a classificação segundo características reais ou imaginadas, agrupamento em áreas de produção (amplos reservatórios de mão-de-obra disponível).

Foucault deteve-se, em diversas obras, ao *Panopticom* de Jeremy Bentham, um modelo de prisão mas que, nas palavras de quem o concebeu, é também modelo para uma escola, uma oficina, uma instituição de órfãos, entre outras.<sup>21</sup> Com a sua arquitectura própria e estudada, visa satisfazer os seguintes requisitos: considerar que o meio familiar é incompatível com a gestão de qualquer acção terapêutica; haver a necessidade de visibilidade permanente;<sup>22</sup> respeitar o

---

<sup>19</sup> Foucault, , 2006, p. 49.

<sup>20</sup> *Id. Ibid.*, p. 52.

<sup>21</sup> *Id. Ibid.*, p. 92.

<sup>22</sup> *Id. Ibid.*, p. 128.

princípio de vigilância central;<sup>23</sup> também o princípio do isolamento, em cada cela ou espaço, com valor terapêutico. Num pano de fundo em que o asilo age pelo jogo da incessante punição. Também a educação colonial.

O “fim da ideologia” tem suscitado por parte de alguns autores uma reacção que procura estudar os rudimentos do fenómeno ideológico. Estudando os aparatos que criam os mecanismos ideológicos. Tal é o caso do frequentemente controverso croata Slavoj Žižek. O seu primeiro livro “The Sublime Object of Ideology” descodifica, em função das especializações do autor no âmbito da psicanálise, filosofia e sociologia, os modos de funcionamento da ideologia. Analisa a predisposição do cérebro humano para uma aceitação acrítica do que enganadoramente lhe é apresentado como a realidade, o autor retoma esta questão ao longo de diversas outras obras como: “Plague of Fantasies”, “Bem-Vindo ao Deserto do Real”, “First as Tragedy, Then as Farce”, entre outros da sua vasta bibliografia. Demonstra de que modo nos encontramos hoje soterrados, manietados pela ideologia, de tal forma que não a reconhecemos. Numa sociedade que se classifica, representa, de pós-política, pós-moderna e pós-ideológica, interroga-se se o capitalismo global será a única ideologia, tanto mais que o capitalismo global assume-se como não ideológico. Pergunta-nos e interroga-se: “Que história é essa que contamos a nós próprios e que não questionamos?” “Porque nos dizem que temos o direito de tudo criticar, proibindo-nos, no entanto, de criticar certas coisas?” “ Que regras implícitas, não escritas, nos levam a aceitar o “BIG OTHER”, como chama ao controlo que é exercido sobre toda a sociedade, fazendo-a viver na terra que designa “Das Puras Aparências”. São estas aparências o importante, levando as pessoas a, sabendo a verdade, sentirem-se constrangidas a fazer o contrário, já que para Žižek no sistema simbólico é surpreendente como todos podemos saber e fingir que não sabemos. Numa época em que a palavra de ordem parece ser: actua, não penses, o importante é, sem dúvida, pensar, questionar.

Hoje é absolutamente necessário reflectir, precisamos mais do que nunca de teoria, de intelectuais, de pensamento, de ideologia. Reflecte sobre intolerância, racismo, vizinho, vizinhança, sexualidade, ecologia, natureza, diferenças culturais, liberdade, equidade, igualdade, crença, democracia. Sobre as representações.

## Os Pilares da Ideologia Colonial

*A ideia da especial capacidade de convivência dos portugueses com outros povos de diferentes culturas foi cultivada, de forma mais ou menos explícita, e com consequências no discurso construído sobre os próprios africanos. Aqui torna-se obrigatória a referência a uma série de conceitos sistematicamente compostos que*

---

<sup>23</sup> *Id. Ibid.*, p. 129.

encontrariam posteriormente, em Gilberto Freyre, o autor de referência.<sup>24</sup> Uma tal originalidade relativamente aos outros europeus conferia aos portugueses um lugar demarcado no quadro das nações coloniais.<sup>25</sup> Especificidade lusa que deveria servir-lhes de exemplo.<sup>26</sup>

---

<sup>24</sup> “Não me parece que a caracterização que há anos sugiro, das áreas marcadas pela presença portuguesa – as áreas de uma população em grande parte de “vária côr” – possa ser aplicada com igual generalidade e igual vigor às situações etnicoculturais apresentadas por outras áreas onde se vêm verificando contactos de europeus com não-europeus. Não se aplica decerto às áreas marcadas pela colonização anglo-saxônica – tão cruamente desdenhosa, até há pouco, das populações de côr; nem às áreas de colonização holandesa; nem às de colonização inglesa; nem às de colonização belga; nem mesmo, considerando-se a amplitude do ânimo melanistamente democrático dos portugueses, a tôdas as áreas de colonização espanhola, embora de várias dessas áreas – da venezuelana, da paraguaia e da cubana, por exemplo – se possa afirmar que se apresentam, na América tropical, iguais a área brasileira, quer nos aspectos biológicos, quer em alguns dos sociológicos, do seu desenvolvimento em áreas de populações em grande parte mestiças e de culturas em grande parte mistas e até simbióticas.” Freyre, 1962, p. 26. Já quanto aos métodos utilizados para integrar os Outros na cultura portuguesa tornar-se-ia compreensível o paternalismo com o recurso a correctivos físicos que mais não seriam que, em última análise, manifestações de «afecto» de adultos para com crianças, pois seria “(...) certo que numerosas vêzes essa integração de caráter familiar, patriarcal, sociologicamente cristão, se fêz, no Brasil, e se vem fazendo em várias partes – não em tôdas, admito – da Africa Portuguesa, por meio de castigos físicos impostos aos recém-vindos de culturas primitivas, para melhor consolidação do seu aprendizado de uma nova cultura. Mas lembremo-nos de que nos sistemas ortodoxamente patriarcais tais castigos físicos se estendiam – e até certo ponto ainda se estendem – no Brasil e em Portugal, aos filhos, sendo raro o brasileiro ou o português de formação castiçamente patriarcal que tenha crescido sem ter experimentado a ação da palmatória ou da vara ou da chibata disciplinadora empunhada por pai ou por mãe.” *Id. Ibid.*, p. 31. Sobre a desmistificação teórica dos conceitos construídos por Gilberto Freyre, nomeadamente o «luso-tropicalismo» ver: Henriques, 1997a, p. 35; 39-40. Ainda sobre a crítica ao conceito de «luso-tropicalismo», quanto ao prolongamento dos mitos no tempo e as novas designações «em moda» ver Margarido, 2000.

<sup>25</sup> Como explica Isabel Castro Henriques, “(...) o século XIX procurou e conseguiu impor a ideia de uma missão exclusivamente religiosa levada a cabo pelos Portugueses, menos interessados do que os demais colonialistas pelos benefícios económicos.” Henriques, 1992, p. 224. Por vezes a produção historiográfica de alguns países desenvolveu-se, também, em conformidade com os tempos: « Les Portugais, comme les Espagnols et les Français, n’ ont jamais eu aucun préjugé de couleur et de race. Les hommes de couleur, pour eux, sont des hommes. ». Alianças europeias que se materializam em certas visões do passado, nomeadamente quanto à instrução nas colónias e à sua influência sobre os mulatos: « (...) Ces mulâtres n’ étaient point honnis et repoussés comme ils le furent presque toujours dans les pays Anglo-Saxons. Des leur enfance, leurs peres européens s’ occupaient d’ eux avec la même sollicitude que s’ ils avaient été de petits blancs. L’ instruction primaire avait été assez répandue dans les colonies; les mulâtres savaient lire et écrire; ils recevaient aussi une instruction religieuse qui, à elle seule, les faisait égaux d’ un peuple aussi catholique que celui du Portugal. » Vallaux, 1940, pp. 478-479.

<sup>26</sup> Sobre a presença portuguesa no Oriente e em África, escreve Gilberto Freyre que “(...) sob vários aspectos é uma experiência da qual outros grupos europeus relacionados com ambientes, populações, e culturas tropicais, podem extrair, através de uma ciência social que tome em consideração o que os nominalistas chamam «particulares», sugestões valiosas para a modificação

Paradoxalmente jogam a favor dos portugueses a pobreza, a limitada instrução, o precário desenvolvimento industrial aliadas às limitações da máquina administrativa colonial, às deficiências na ocupação que alegam sobre extensas zonas em que a sua influência se fazia sentir de forma muito superficial.<sup>27</sup> A ideia da convivência especial nos domínios portugueses é, portanto, um recurso explicativo recorrente e podemos incluí-la como um dos elementos míticos decisivos e simbólicos na ideia geral da «missão civilizadora» e «imperial».<sup>28</sup> Conceito mítico que chegou mesmo a ser utilizado contra a acusação de escravatura por parte dos portugueses já que, como escreveu Pessoa Allen: (...) asseverávamos a mr. Stevenson que a escravatura ainda existe, não nos domínios portugueses, onde os negros são tratados como a própria família dos fazendeiros,

---

do seu comportamento. (...)”. Salvuaguarda, contudo, que essa “(...) ciência em que os brasileiros e portugueses vêem sistematizando o estudo das suas relações com os trópicos é uma ciência eminentemente empírica, no bom sentido de experiencial e experimental, embora não deixe de ser psicológica nem se recuse a tornar-se «policy science». Mas o que nessa ciência tem alguma coisa de «policy science» é o modo por que seus especialistas procuram articular o passado com o futuro nas áreas tropicais marcadas pela presença portuguesa, à base de constantes que nessas áreas se acham já sociologicamente constatadas.” Freyre, s.d., p. 48. Para o mesmo autor, existem dois tipos de colonização europeia nos trópicos, “a hispânica e a não hispânica”. Sendo a primeira marcada por desígnios cristãos, de características “(...) cristocêntricas, empenhadas em cuidar de doentes ao mesmo tempo que de órfãos, de velhos, de meninos e adolescentes, assim de cor como brancos: da sua educação e da sua criação; da sua protecção e da sua manutenção.” Freyre, 1958, p. 22. Desta forma, o «cristocentrismo» opor-se-ia ao «etnocentrismo». *Id.*, *ibid.*, p. 23. Aspectos a que junta a ideia de se criar uma “(...) subciência dos trópicos que se denomine «hispanotropologia», da qual se destaque uma especialíssima «lusotropologia». *Id. Ibid.*, p. 26.

Uma outra visão sobre o contributo de Gilberto Freyre é-nos fornecida por João Medina que, comentando um texto de Fernando Henrique Cardoso em que este assinala a revalorização do negro pelo sociólogo brasileiro, destaca um outro aspecto que é o do “(...) ênfase posto na vida sexual, no papel da sexualidade como motor da dialéctica «democrática» da sociedade brasileira, desde os tempos coloniais, é a verdadeira revolução operada pelo método de Freyre, revolução afinal tão copernicana como a primazia dada aos negros, até porque faz parte íntima dela, sendo a senzala é o harém da casa grande, pois ambas estão umbilicalmente unidas, como tudo o mais que se processa no binómio senhor de engenho/escrava negra (ou mulher índia), que é mulher legítima ou concubina ou cozinheira ou mucama ou ama de leite...” Medina, 2002, pp.112-113.

<sup>27</sup> Assinala Boaventura de Sousa Santos que “Portugal foi o único país a ser considerado por outros países colonizadores como um país nativo ou selvagem. Ao mesmo tempo que os nossos viajantes diplomatas e militares descreviam os curiosos hábitos e modos de vida dos povos selvagens com quem tomavam contacto no processo de construção do império, viajantes diplomatas e militares da Inglaterra ou da França descreviam, ora com curiosidade ora com desdém, os hábitos e modos de vida dos portugueses, para eles tão estranhos ao ponto de parecerem pouco menos que selvagens.” Santos, 1996, pp. 59-60.

<sup>28</sup> João de Azevedo Coutinho sublinha de forma esclarecedora a «originalidade portuguesa» no relacionamento com os africanos, mesmo que nem sempre as situações corresse da forma mais pacífica: “Os nossos processos de lidar com indígenas tem-nos sempre atraído a sua simpatia, salvo em casos singulares de rebeliões debeladas, mas em que, vencedores, fomos sempre humanos e generosos.” Coutinho, 1934, p. 21.

imprimindo-se-lhe o amor ao trabalho, á moral, á religião e ao proximo – mas nos sertões onde Stanley e outros soi-disant missionarios do progresso e da civilização os escravizam a um trabalho obrigatorio sob o açoite, e assim os matam sem a mais leve compaixão pelo seu semelhante, como depois em phrases sonoras na Europa elles proclamam os pobres negros.”<sup>29</sup>

A história de África e as temáticas africanas, em função do que representam em ordem à compreensão da nossa própria identidade, assumem um papel fundamental no quadro actual das preocupações científicas e culturais portuguesas e que por muito tempo estiveram afastadas das preocupações historiográficas. Sobre os estudos de história de África em Portugal e as dificuldades do seu desenvolvimento após o 25 de Abril somos, infelizmente, obrigados a recorrer a registos de estudiosos estrangeiros, que não estão dependentes de “boas vontades” da academia portuguesa e de correspondentes eventuais preconceitos.<sup>30</sup>

De resto, o problema da instrumentalização da História, nomeadamente através do seu ensino, procurando branquear o passado colonial é comum a diversas nações europeias. A este respeito veja-se a entrevista a Pierre Nora em que o autor sublinha, na lei de 23 de Fevereiro de 2005 que invoca a necessidade de ensinar “le role positif de la presence française outre-mer» lembrando o historiador francês que “Il ne faut pas enseigner la traite, l’esclavage, la colonisation parce que c’est «mal» ou «bien», mais parce que c’est un grand morceau de la formation du monde moderne”.<sup>31</sup>

### **A cada um segundo a sua “Ideologia”**

Talvez a influência portuguesa esteja mais próxima da realidade num outro retrato sobre a expansão da escola pelos portugueses, em Moçambique, quando verificamos que a escola comportava uma noção de disciplina à qual se sonha submeter o africano e nela se deposita, pelo menos do ponto de vista discursivo, uma esperança imensa. Desejo que esbarra com as dificuldades da sua implementação e com o carácter refractário das comunidades em relação à escola. Por incompreensão quanto à sua utilidade, mas também pelo carácter disciplinador que ela comporta e que é mais um motivo frequente de rejeição. Para a qual podemos encontrar um breve paralelo àquela que se registava quanto ao serviço no exército – com os seus regulamentos, uniformização de vestuário, disciplina, opressão, controlo. A escola torna-se, cada vez mais, uma forma de controlo dos indivíduos que passa, para ser verdadeiramente eficaz, pelo isolamento das famílias (fonte originária de perdição); pela imposição de uma ordem que antagoniza e estigmatiza as formas de vida africanas; pela imposição

<sup>29</sup> Allen, 1884, p. 26.

<sup>30</sup> veja-se Cahen, 1995, pp. 125-157.

<sup>31</sup> Nora, 2006.

de hábitos novos, de uma nova moralidade, imprimindo uma direcção determinada às suas faculdades intelectuais; tornando-a numa instituição que permita exercer uma influência global sobre os educandos. Desenraizando-os para os conquistar. Lançando mão dos métodos, livros, gravuras, preceitos morais e hábitos que veiculem uma educação total. Não é, por estes motivos, de estranhar a esperança depositada nas escolas de artes e ofícios – com suas instalações próprias, com um controlo que vai muito para além da actividade lectiva, com uma organização de carácter para-militar, tentando incentivar o gosto pelo trabalho, enquadrando o aluno numa diferente moral ao abrigo da perniciosa influência familiar. Como não é de estranhar o reconhecimento progressivo das potencialidades das missões que acarretam muitos destes aspectos e acentuam a possibilidade de uma actividade educativa integral. De uma vigilância permanente e global. À medida que se reúnem as condições que permitirão um domínio colonial efectivo a escola procura ministrar um ensino que determine o lugar do africano na sociedade. Impondo-lhe com precisão um conjunto de perspectivas e possibilidades que o deverão enquadrar.

Uma nova ideologia integra diversos conceitos que a educação não pode deixar de servir – trabalho, arrumação social, ordem, moral. Um novo código de justiça contemplando outros crimes. À escola e ao aparelho educativo cabe a construção de um discurso que se apresente como a “verdade”, o referencial, em oposição às formas de educação africanas. Anseia por criar grupos de africanos que, mercê da educação, sintam outras necessidades que não as que lhes eram familiares. Na escola como na economia.

### **Cada época, cada representação, cada educação, cada projecto ideológico.**

Hoje é natural dizer-se – “Sem Ideologia” – Etiqueta que pretende imprimir credibilidade ao discurso ou acção. A “Ideologia não existe”, ou está de tal forma esbatida que é irrelevante. Esta alegada “não-ideologia” é crucial para uma ideologia consistente, estruturada, que tenta e, ao que parece, consegue apresentar-se como “não ideológica”. Tem sido quase eficaz para o comum dos cidadãos em Portugal e, atrevo-me a dizer que, também para alguns meios académicos, ou pessoas menos avisadas, ou avisadas em excesso. Aliás, nos meios de comunicação nacionais há muito que a ideologia morreu, e já a enterraram com pompa e circunstância. Os debates ideológicos estão fora de moda, não são produtivos, nem eficazes, ou mesmo eficientes, não têm utilidade uma vez que só a economia é que interessa. Mas a economia não é, ela própria, parte essencial da ideologia?

É muito perigoso para a democracia quando se tenta apagar, diluir, a ideologia, o pensamento. Tornar um país inócuo, incolor, e inodoro é condená-lo à asfixia e à morte lenta. A ideologia é o sangue das democracias e tem que ser estudada, analisada, debatida, questionada, renovada, desde os bancos das escolas.

Toda a escolha de percursos de vida de um cidadão, de uma historiografia, de uma comunidade, de uma região, ou de um país, depende do complexo ideológico que construiu e se o não criou, não escolhe, não participa, não existe. Talvez a ideologia, hoje em dia, seja de tal forma consistente e estruturada, difícil de reconhecer e tornada natural, quase invisível. Lembrando Norbert Elias: Entre a auto-coerção e a coerção mútua que regulam os indivíduos, entre todas as ideologias havidas e imaginadas, resta simples, a pergunta: “É possível não tomar partido?”

A historiografia de cada país apresenta os seus particularismos, a interpretação e elaboração dos dados, aquilo que é classificado e reconhecido pela dita «verdade histórica», como se ela fosse absolutamente neutral, virginal. Alheia a influências e subsídios. E qualquer interpretação inadequada a cada meio pode ser afastada sob acusação de “ideologia”.

Torna-se então possível percorrer uma carreira historiográfica longe, apartados, dos historiografados, dos seus arquivos, das suas vivências. Alheios ao reconhecimento das múltiplas representações.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

- AGAMBEN, Giorgio, *Qu'est-ce que le contemporain?*, Rivages Poche/Petite Bibliothèque, Paris, 2008.
- ALLEN, W. Pessoa, *Portugal e Africa, primeira parte – A questão do Zaire*, Lisboa, Typ. De Christovão Augusto Rodrigues, Rua do Norte, 104, 1º, 1884.
- AMSELLE, Jean-Loup, «Etnicidade e Identidade em África», in *Nações e Nacionalismos*, coord. Serge Cordelier, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1998, pp. 75-80.
- \_\_\_\_\_, «Etnia, Tribo, Conceitos Ambíguos», in *Nações e Nacionalismos*, coord. Serge Cordelier, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1998, pp. 141-142.
- BAPTISTA, J. Renato, *Caminho de Ferro da Beira a Manica – Excursões e Estudos efectuados em 1891*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892.
- CAHEN, Michel, «O Contexto Político-Documental da Investigação em história Contemporânea e Imediata da África Lusófona» in *Arquivo – Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, A. H. M., Universidade Eduardo Mondlane, n.º 17, Abril de 1995, pp. 125-157.
- COUTINHO, João de Azevedo, *Valor e eficiência patriótica das Missões Católicas – conferência*, edições da 1ª Exposição Colonial Portuguesa, Porto, 1934.
- DOZON, Jean-Pierre, «África: a família na encruzilhada» in *História da Família*, dir. André Burguière, Christiane Klapisch-Zuber, Martine Segalen, Françoise Zonabend, 3º volume – O Choque das Modernidades: Ásia, África, América, Europa, Lisboa, Terramar, 1998, pp. 259-291.
- FAFUNWA, A. Babs, « African Education in Perspective» in *Education in Africa: A Comparative Survey*, Edited by A. BABS FAFUNWA and J. U. AISIKU, London, GEORGE ALLEN & UNWIN, 1982, pp. 9-27.
- FOUCAULT, Michel, *O Poder Psiquiátrico*, Martins Fontes, São Paulo, 2006.
- FREDRICKSON, George M., *Racismo – Uma Breve História*, Porto, Campo das Letras, 2004.
- FREYRE, Gilberto, *O Brasil em Face das Áfricas Negras e Mestiças*, Federação das Associações Portuguesas, Rio de Janeiro, 1962.

- \_\_\_\_\_, O Mundo que o Português Criou & Uma Cultura Ameaçada: A Luso Brasileira, Edição Livros do Brasil, Lisboa, 2ª edição, s.d.
- \_\_\_\_\_, *A Integração Portuguesa nos Trópicos*, Ministério do Ultramar, Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, Estudos de Ciências Políticas e Sociais, Vila Nova de Famalicão, 1958.
- GUICHAOUA, André, «Burundi, Rwanda: Etnias Inventadas?», in *Nações e Nacionalismos*, coord. Serge Cordelier, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1998, pp. 99-104.
- HENRIQUES, Isabel Castro, «Re-História da África. A História da África e a Reconstrução da Visão do Outro», in *O Lugar e o Papel das Ciências Humanas na «Modernização», na «Integração Europeia» e na «Cooperação Africana» de Portugal Contemporâneo*, Edições Universitárias Lusófonas, Série Ciências Sociais e Humanas I, 1992.
- \_\_\_\_\_, *Percursos da Modernidade em Angola – Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*, Instituto de Investigação Científica Tropical – Instituto da Cooperação Portuguesa, Lisboa, 1997.
- \_\_\_\_\_, «Tempos Africanos, Leituras Europeias. Tentativa de Sistematização» in *Actas do Seminário Encontro de Povos e Culturas em Angola*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Maio, 1997.
- \_\_\_\_\_, *História das Relações Afro-Portuguesas – séculos XV a XX*, relatório sobre o programa, conteúdos e métodos de ensino teórico e prático apresentado ao concurso para professor associado do 4º grupo (História) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, conforme o dec. Lei 448/79, de 13 de Novembro, artº 44º, Lisboa, 1997 (ed. policopiada).
- JUNOD, Henri A., *A Vida de uma Tribu Sul-Africana*, I – A vida social, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1917.
- LIESEGANG, Gerhard, *Ngungunyane – A figura de Mgungunyane Nqumayo, Rei de Gaza 1884-1895 e o desaparecimento do seu Estado*, Arquivo do Património Cultural, Coleção Embondeiro, n.º 8, Maputo, 1986a.
- \_\_\_\_\_, *Vassalagem ou Tratado de Amizade? História do Acto de Vassalagem de Ngungunyane nas Relações Externas de Gaza*, Arquivo Histórico Nacional, Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane, Estudos 2, 1986b.

- 
- \_\_\_\_\_, *Lourenço Marques antes de 1895*, in: «Arquivo», n.º 2 especial, *Centenário da Cidade de Maputo 1887-1987*, A. H. M., Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique, Outubro, 1987, pp. 19-75.
- MATHERS, E. P., *Zambézia – Englands El Dorado, in Africa being a Description of Matabeleland & Mashonaland & na Account of The Gold Fields of British South Africa*, London, King, Sell & Railton, 1891.
- MEDINA, João, A «Revolução quase copernicana» de Gilberto Freyre: o autorretrato luso-brasileiro do Brasil em *Casa Grande & Senzala*, Centro de História da Universidade de Lisboa, Clio, nova série, volume 6, Lisboa, 2002, pp. 103-118.
- NOGUEIRA, A. F., *A Raça Negra sob o ponto de vista da civilização da Africa – usos e costumes de alguns povos gentílicos do interior de Mossamedes e As Colónias Portuguesas*, Lisboa, Typographia Nova Minerva, 1880.
- NGOENHA, Severino Elias, *Filosofia Africana das Independências às Liberdades*, Maputo, Edições Paulistas – África, 1993.
- NORA, Pierre, «La France est Malade de sa Mémoire», in *Colonies un Débat Français, Le Monde 2*, Hors-Série Le Monde, Mai-Juin 2006, pp. 6-9.
- OMOREGBE, Joseph I., «African Philosophy: Yesterday and Today» in *African Philosophy. An Anthology*, Edited by Chukwudi Eze, Blackwell Philosophy Anthologies, Blackwell Publishers, Massachusetts, U.S.A. – Oxford, U. K., 1998, pp. 3-8.
- RODRIGUES, Casimiro Jorge Simões, *As Vicissitudes do Sistema Escolar em Moçambique na 2.ª metade do século XIX – Hesitações, Equilíbrios e Precariedades*, tese de doutoramento em História de África apresentada à Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2 vols., (policopiada), 2007.
- RIBEIRO, (P.º) Armando, *601 Provérbios Changanas*, 2ª edição, Lisboa, 1989.
- RIBEIRO, Orlando, «Problemas Humanos de África», in *Colóquios sobre problemas humanos nas regiões tropicais*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1961, pp. 2-22.
- SANTOS, Maria Emília Madeira, *Das Travessias Científicas à Exploração Regional em África: Uma Opção da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, Julho/Dezembro/1986.

SERRA, Carlos, *Combates pela Mentalidade Sociológica*, Universidade Eduardo Mondlane, Livraria Universitária, Maputo, 1997.

VALLAUX, Camille, «L'Afrique Portugaise vers le milieu du XIX<sup>e</sup> siècle d'après les explorateurs», in *Congresso do Mundo Português, Comunicações apresentadas aos Congressos de História Moderna e Contemporânea (V e VI congressos)*, Comissão Executiva dos Centenários, Lisboa, 1940, pp. 471-482.

ZIZEK, Slavoj, *Bem-Vindo ao Deserto do Real*, Relógio D'Água, Argumentos, Lisboa, 2006.

\_\_\_\_\_, *O Elogio da Intolerância*, Relógio D'Água, Argumentos, Lisboa, 2006.

\_\_\_\_\_, *A Marioneta e o Anão*, Relógio D'Água, Lisboa, 2006.

\_\_\_\_\_, *Plague of Fantasies*, The Essencial Zizek, Verso, London/N. York, 2008.

\_\_\_\_\_, *The Sublime Object of Ideology*, The Essencial Zizek, Verso, Verso, London/N. York, 2008.

\_\_\_\_\_, *O Sujeito Incómodo, O Centro Ausente da Ontologia Política*, Filosofia, Relógio D'Água, Lisboa, 2009.

\_\_\_\_\_, *The Parallax View*, United States of America/M.I.T., 2009.

\_\_\_\_\_, *Violência*, Relógio D'Água, Lisboa, 2009.

\_\_\_\_\_, *First as Tragedy, Then as Farce*, London/N. York, 2009.